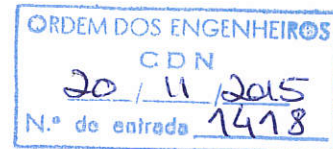


*Cópia ao
Bastão da OEP*
Chui
2015-11-23



Exmo. Senhor

AD Eng.º Carlos Matias Ramos

Bastonário da Ordem dos Engenheiros

Av. António Augusto de Aguiar, 3D

1069-030 - Lisboa

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa Referência

CICL-S/2015/5715-

Lisboa

11-11-2015

GPAC

Assunto: Assinatura de Acordo entre a Ordem dos Engenheiros e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Brasil

Tenho a honra de junto transmitir, para conhecimento de V. Ex.ª, parte útil de uma comunicação da Embaixada de Portugal em Brasília, a propósito do assunto em epígrafe, conforme seguidamente se transcreve:

1. *Assisti hoje cerimónia assinatura do Termo de Reciprocidade negociado entre a Ordem dos Engenheiros Portugueses (OEP) e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Brasil (CONFEA), que estabelece as condições para o registo e exercício de funções por parte de engenheiros portugueses e brasileiros no território do outro país.*

2. *Tanto o Bastonário da Ordem dos Engenheiros (OEP), Eng.º Carlos Ramos, como o Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Brasil (CONFEA), Eng.º José Tadeu da Silva, sublinharam o carácter histórico do ato que abre as portas, finalmente, ao exercício, nos dois países, daquelas atividades profissionais.*

Presidente CONFEA fez questão de enfatizar que acordo agora assinado era o primeiro que sua Associação celebrava com um país estrangeiro e que o próximo será, em novembro, com parceiros do Brasil no Mercosul.

Convidado a usar da palavra, referi a grande satisfação que tinha em presenciar a assinatura deste acordo, na sequência, aliás, de outro idêntico relativo ao exercício da atividade profissional dos arquitetos portugueses e brasileiros, assinado em dezembro de 2013. Enfatizei ainda que estes atos refletiam, também, a intensidade e profundidade das atuais relações entre os dois países.

3. O texto do protocolo determina que o Termo de Reciprocidade vigore, a título experimental, durante um ano, abrangendo 500 profissionais em cada país. Logo que este número seja atingido, o protocolo será reanalisado para a eventual revisão "dos termos e diretrizes, bem como a redefinição de quantitativos de profissionais a ser registados em ambas as entidades".

De referir ainda que, no caso de Portugal, serão reconhecidas as licenciaturas com um mínimo de cinco anos de estudos, ou seja, obtidas antes da entrada em vigor do processo de Bolonha ou com mestrado pós-Bolonha.

4. Agora, seguir-se-á uma cerimónia semelhante em Lisboa no (...) dia 28 outubro, para a conclusão de todo este processo, incluindo a sua regulamentação.

Congratulo-me com o desfecho desta negociação, consubstanciado na assinatura do instrumento bilateral em apreço, que constitui um sinal inequívoco da vontade de ambas as entidades representativas da classe, em promover o exercício pleno, em ambos os países, da atividade profissional dos engenheiros portugueses e brasileiros.

Não deixará este Instituto de acompanhar o desenvolvimento dos processos de reconhecimento de graus e títulos académicos e de acesso ao exercício de profissões, no âmbito da Subcomissão com o mesmo nome, criada pelo Tratado de Amizade com o Brasil, muito se agradecendo, desde já, a V. Ex.^a toda a informação que, sobre a matéria, entenda partilhar (designadamente, cópia do Protocolo assinado, em Lisboa, no passado dia 28 de outubro) com este Instituto.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente


Prof.^a Doutora Ana Paula Laborinho

APL/AA